

Consultoria ambiental admite fraude em laudo do caso Chevron no Equador

A principal empresa de consultoria ambiental envolvida na batalha bilionária entre a Chevron e uma entidade que representa comunidades indígenas do Equador acusa agora o lado equatoriano — que tenta executar o pagamento da indenização de US\$ 18 bilhões contra a petroleira — de fraudar a elaboração do laudo científico que atestou a ocorrência de danos ambientais na região da bacia do rio Amazonas, no país. Esse é o mais recente desdobramento de uma das mais dramáticas ações judiciais no cenário internacional.

Os peritos da Stratus Consulting deixaram de endossar a validade científica das informações que provaram a ocorrência de dano ambiental decorrente da exploração de petróleo na região de Lago Agrio. A empresa, responsável pelos trabalhos de consultoria ambiental do lado dos demandantes, prestou depoimentos juramentados, na semana passada (*confira [aqui](#) e [aqui](#)*), nos Estados Unidos, voltando atrás e fazendo acusações sobre a forma como os advogados que representam a entidade equatoriana interferiram na elaboração do laudo.

O processo judicial envolvendo a Chevron no Equador começou em 1993, na Justiça Federal dos Estados Unidos, tendo como pólo passivo a Texaco, posteriormente incorporada pela Chevron. A organização *Asamblea de Afetados por Chevron-Texaco* moveu a ação responsabilizando a Texaco por negligência nas atividades de exploração de petróleo realizadas no Equador entre os anos 1970 e 1990 e pela decorrente contaminação ambiental nas províncias amazônicas de Orellana e Sucumbíos.

A pedido da Chevron, sucessora da Texaco, a ação foi transposta dos EUA para o Equador em 2003. Em fevereiro de 2011, os demandantes ganharam a causa, em última instância, na Justiça equatoriana. No entanto, como a Chevron não possui ativos no Equador, a execução da multa e da indenização bilionárias não pôde ser efetivada no país andino, o que levou o litigante a tentar homologar a decisão em outros países, entre eles, o Brasil.

Em junho de 2012, os impetrantes ajuizaram um [pedido de homologação](#) no Superior Tribunal de Justiça, a fim de avaliar se a decisão equatoriana preenche os requisitos para ser executada no Brasil.

A Chevron, por sua vez, já havia partido para o ataque, acusando tanto os demandantes como a própria Justiça do Equador de fraude. A companhia move atualmente uma ação nos EUA [acusando os advogados](#) dos impetrantes de pressionarem peritos, intimidarem juízes e forjarem laudos de impacto ambiental. Em março, a empresa [entregou ao STJ](#) pedido para que a corte não reconheça a sentença equatoriana em território brasileiro.

Os depoimentos prestados semana passada dizem respeito ao acordo entre a Chevron e a Stratus, que também é ré no processo que a petroleira move nos EUA. A Chevron ajuizou a ação, em fevereiro de 2011, contra os representantes das vítimas e familiares de vítimas da contaminação ambiental, alegando ocorrência de fraude e extorsão. A empresa moveu uma ação judicial RICO, sigla em inglês para a legislação federal *Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act*, Lei da prática das quadrilhas de

extorsão e corrupção, em tradução literal. O julgamento do processo nos EUA está marcado para acontecer em 15 de outubro.

As principais acusações feitas pelos representantes da Stratus se referem à ilegitimidade do laudo pericial assinado pelo perito Richard Cabrera e à influência direta do advogado dos demandantes, Steven Donziger, no processo de elaboração deste mesmo laudo que amparou as decisões sucessivas e favoráveis aos impetrantes na Justiça do Equador. De acordo com nota distribuída pela Chevron, a Stratus admitiu desconhecer maiores evidências científicas de que pessoas residentes na região estejam bebendo água contaminada por petróleo.

Em janeiro, um ex-juiz equatoriano admitiu que permitira a um dos advogados dos demandante redigir a sentença que condenou a Chevron ao pagamento da indenização de US\$ 18 bilhões em troca de US\$ 500 mil. Porém, em outubro de 2012, a Suprema Corte americana [rejeitou o recurso](#) da Chevron para impedir quaisquer tentativas de execução da sentença da Justiça do Equador nos EUA. Os advogados da parte equatoriana justificam as acusações da Chevron como tentativa de desmoralizar a Justiça do Equador, a despeito do pedido da própria companhia para que o caso fosse transferido para aquele país sob o compromisso de acatar as decisões dos tribunais equatorianos.

Date Created

13/04/2013